

EM TEMPO: A NOVA DIRETORIA INFORMA

Este primeiro boletim desde a posse em 3 de outubro de 2005 (sabemos que demorou, mas estivemos descascando alguns abacaxis) pretende dar conta aos associados do que ocorreu no período. Neste (longo) intervalo buscamos nos comunicar com os colegas através do Adunicamp Notícias e de e-mails (aliás, se seu e-mail não está cadastrado, entre na página da Adunicamp para enviá-lo). A atenção da diretoria esteve voltada para a continuação das lutas políticas e para providências administrativas de ordem geral.

COM RELAÇÃO ÀS LUTAS POLÍTICAS:

- **PRESENÇA NO FÓRUM DAS SEIS**

Membros da Diretoria têm acompanhado as reuniões do Fórum das Seis (que foram três, desde a posse da nova Diretoria, a primeira delas no dia 4/10). Duas questões prioritárias ocupam as discussões no Fórum:

- **A “REFORMA” DA PREVIDÊNCIA:
AGORA É O GOVERNADOR**

Uma questão que precisa nos mobilizar, com urgência máxima, é o assalto que o governador prejudicial à Saúde e Educação públicas pretende realizar com o PLC-30 – promovendo a “reforma” da previdência estadual. Este projeto “dispõe sobre a criação

da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPREV, entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos – RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo – RPPM, e dá providências correlatas”

O PLC-30 foi encaminhado à ALESP com data de 30 de setembro de 2005, com a solicitação de que seja apreciado **em caráter de urgência!** É evidente que interessa ao governador Candidato a Candidato que ele seja aprovado ainda este ano. O momento é propício para ele – fim de ano, desmobilização dos futuros atingidos. Com a aprovação agora e o fato consumado despencando sobre nossas cabeças o governador evitará futuras dores de cabeça. Contra o

REUNIÃO DE DOCENTES: PREVIDÊNCIA
DO FUNCIONALISMO ESTADUAL (PLC 30)

**Dia: 07/12/2005 (4ª f.), às 17 horas,
na Sala Multiuso (Adunicamp)**

PLC-30 e essa urgência do governador é importante que nos mobilizemos agora antes que seja tarde!

O texto do projeto foi colocado à disposição na página da Adunicamp e o Adunicamp Notícias de 25/11/05 informa a respeito. Para maiores esclarecimentos, julgamos pertinente reproduzir, na página 3 deste Boletim, texto publicado no Informativo ADUSP de 28/11/05, que analisa e aclara possíveis perdas e riscos para os trabalhadores do Estado de São Paulo, entre os quais nos incluímos (quer na ativa, quer aposentados e/ou pensionistas). A luta na ALESP buscando retirar o projeto da pauta de votações urgentes e trazê-lo para uma discussão que ainda não foi feita com a comunidade interessada já está em andamento. É imprescindível que nos mobilizemos já contra mais essa ameaça a direitos que acreditamos ter. Nada é dito no projeto quanto à sua aplicação a quem já acredita ter tempo e contribuição de sobra para se aposentar. Nada nele garante que só se aplique aos contratados após sua aprovação. Mais uma vez corremos o risco de ser a parte perdedora no momento em que os interesses politiquieiros dos políticos de plantão (o governador é claramente candidato a candidato à presidência da república em 2006) falam mais alto.

- **A QUESTÃO DA LDO**

O Fórum das Seis tem-se empenhado, desde o início do ano, na busca de maiores recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza. Com vistas a diminuir o dano provocado pelo veto do governador Alckmin à Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Fórum das Seis mantém a pressão na ALESP. O objetivo dessa pressão é a aprovação de emendas apresentadas na LO-2006, que garantam:

- 10% do ICMS (banido o desconto irregular da Habitação) para as universidades,

- 1% para o Centro Paula Souza e
- 31% da arrecadação de impostos para a Educação Pública em geral.

- **AUDIÊNCIA COM O REITOR**

Membros da Diretoria estiveram presentes em audiência com o Reitor da Unicamp em 18 de novembro, ocasião em que apresentaram preocupações com a carreira de pesquisador, recém aprovada pelo Consu; com o recém criado *campus* de Limeira e outras questões que envolvem a política de Ensino em Nível Superior.

- **PRESEÇA NO CONSU**

Membros da Diretoria estiveram presentes na última reunião do Consu (29/11/2005) com o objetivo de colocar questões, durante o expediente, manifestando sua preocupação com o PLC-30 relativo a previdência pública do Estado de São Paulo, proposto pelo Zeroaldo.

- **CARREIRA DE PESQUISADOR: ATENÇÃO!**

A aprovação da carreira de pesquisador (cf. página da Adunicamp) pela CADE, em outubro p.p, tem suscitado numerosas dúvidas e questionamentos entre os docentes. Na reunião do Consu (29/11/2005), vários conselheiros manifestaram sua apreensão sobre as consequências da referida aprovação sobre as Unidades. ainda que posta frente a um “fato consumado”, a comunidade universitária deve tomar posição sobre a questão da institucionalização da carreira de pesquisador. Nesse sentido, é importante que o tema seja posto nas Congregações. Além disso, a Adunicamp se propõe a organizar uma reunião de docentes com a participação dos representantes da categoria no Consu.

Por ocasião das festas de final de ano, não haverá expediente na Adunicamp no período de 24/12/2005 a 01/01/2006.

ALGUMAS PROVIDÊNCIAS URGENTES FORAM TOMADAS:

● RESTAURANTE ESPAÇO ADUNICAMP

– Correção da ligação da rede de esgoto (indevidamente ligada à rede pluvial na pressa da inauguração). Contamos, neste caso, com a inestimável colaboração do ex-diretor da Adunicamp e professor do COTIL, Giocondo Mário Negro Filho.

– Aditivo no contrato de licitação

– Retirada de goteiras (uma delas bem em cima do piano) ainda em tramitação

– Inundação no restaurante e no auditório da Adunicamp ainda em tramitação

● “RESSURREIÇÃO” DO CR

Carta aos colegas (ver Adunicamp Notícias de 17/11) instando-os a reorganizar e colocar em funcionamento o CR, que é instância fundamental do sindicato por ser superior à Diretoria da entidade. Promoveremos a elei-

ção de membros do CR (dois titulares e dois suplentes por unidade) no início de março para vê-lo funcionando desde o início do ano letivo.

A Diretoria prepara um conjunto de temas e questões para discussão do Conselho, como por exemplo, a definição de uma política de utilização do espaço cultural (restaurante) e o estabelecimento de uma articulação política com os representantes docentes no Consu.

● PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE

Início do processo seletivo para contratação de prestadores de serviço de transporte à entidade, disponibilizando carta-convite e estabelecendo a data de 20/12 para apresentação de propostas (ver Adunicamp Notícias de 18/11). Buscamos assim dar transparência à prestação de serviços a Adunicamp.

MUDANÇAS NA PREVIDÊNCIA EM SP PROVOCAM PERDAS PARA FUNCIONALISMO

Julgamos pertinente reproduzir este texto publicado no Informativo ADUSP de 28/11/05

Mudanças do sistema previdenciário têm ocorrido desde o início da década de 1990 em quase todos os países. Um dos pontos básicos das mudanças previdenciárias é a substituição do sistema previdenciário *por repartição* (também chamado *solidário* ou de *compromisso entre gerações*), fundamentalmente administrado pelos setores públicos, por outro sistema, o de *capitalização*, este basicamente administrado pelo setor financeiro e com critérios atuariais. Paralelamente a essas mudanças, também tem havido mudanças dos sistemas de relações trabalhistas.

Todas essas mudanças visam, entre outras coisas, o enfraquecimento das garantias dos trabalhadores e a transformação destes, cada vez mais, em mercadorias

sujeitas a um *mercado de trabalho*, expressão atualmente tão comum, mas rara há duas décadas.

Os discursos que tentam justificar essas alterações acenam com o aumento do dinamismo do sistema econômico, com maior número de empregos e maior crescimento. Na prática, aconteceu o oposto, em especial nos países periféricos como o Brasil. Entre 1990 e 2004, as taxas de desemprego duplicaram e aumentou o percentual de trabalhadores sem carteira. A renda *per capita* brasileira no período cresceu abaixo da série histórica e mesmo esse crescimento pífio não se transformou em aumento da renda dos trabalhadores. O aumento do PIB *per capita* acabou sendo canalizado para remessas para o exterior e, mais recentemente, em enormes superávits

da balança comercial (os bens exportados são computados no PIB, mas são consumidos externamente). Uma das evidências de que o aumento do PIB *per capita* não significa aumento de renda das pessoas é o fato que atualmente apenas cerca de 57% do PIB se transforma em consumo das pessoas, contra cerca de 67% há duas décadas.

No Brasil, essas alterações já causaram grandes prejuízos aos trabalhadores, inclusive do setor público. Entre as perdas que nos afetaram, ligadas a mudanças no sistema previdenciário, podemos enumerar:

- aumento do tempo necessário para a aposentadoria, o que é uma das formas de reduzir renda, pois a somatória dos rendimentos ao longo da vida é a mesma, apesar do período maior de trabalho; além disso, ao se aumentar o tempo de trabalho necessário para a aposentadoria, reduz-se a chance de emprego para a geração mais jovem;
- perda da aposentadoria com remuneração integral, o que significa outra forma de redução efetiva da renda pelo mesmo trabalho feito;
- redução do salário na forma de aumento da contribuição previdenciária, que, no caso específico do estado de São Paulo, foi de 5%.

As novas alterações no sistema previdenciário de São Paulo, previstas no PLC 30 encaminhado pelo governo do Estado de São Paulo à Assembléia Legislativa (Alesp) em regime de urgência, poderão provocar novas perdas. Algumas dessas perdas são claras; muitos dos aspectos do PLC 30/2005 poderão ser regulamentados por decretos governamentais (que não passam pela Alesp), implicando em perdas futuras; alguns pontos da redação não teriam sentido se não considerarmos as possibilidades futuras de legislação complementar.

Entre as possíveis perdas, estão:

- os benefícios pagos pelo novo sistema serão computados para efeito de cumprimento das vinculações

constitucionais e legais de gastos nas áreas específicas e deduzidos do repasse obrigatório. Com isto, além de legalizar o inaceitável, incluirá como despesas com saúde e educação não apenas as aposentadorias mas também as pensões, que são atualmente pagas pelo Ipesp. Na prática, isso significa simplesmente menos recursos para educação e saúde;

- não há previsão clara da contrapartida do governo do Estado, piorando a situação em relação à legislação atual. Este fato é grave, pois a legislação proposta refere-se ao novo sistema como tendo base atuarial e contábil, ou seja, os gastos devem se igualar à arrecadação;
- todos os pagamentos de pensões e aposentadorias serão feitos por esse novo órgão, incluindo os servidores das universidades, que não mais receberão da Reitoria da USP;
- o PLC 30 prevê a existência de um cadastro individual que conterà o valor acumulado da contribuição. Isso significa a criação de um sistema de aposentadoria por *capitalização*, não estando explícito que isso se aplicará apenas aos ingressantes após as recentes reformas da previdência nem, também, apenas a uma parte do salário (a tal da aposentadoria complementar).

Além desses problemas já detectados, há riscos.

Se os recursos do novo sistema estiverem sob a guarda centralizada do governo estadual (atualmente é descentralizado: Ipesp, Universidades, militares, etc.), eles serão passíveis de sofrer desvinculação de receita. Se não estiverem e valer o previsto no artigo 2º (autonomia financeira), cabe ao novo órgão fazer a “arrecadação e cobrança dos recursos e contribuições necessárias” (inciso I) para o “pagamento e manutenção dos benefícios”; neste caso, se o dinheiro arrecadado for insuficiente, será um problema do novo sistema e dos trabalhadores, e não do governo estadual, cujas contribuições ao sistema não são claramente especificadas.